



PALÁCIO 8 DE AGOSTO

JUSTIFICATIVA

A iluminação pública é considerada um direito fundamental da população, já que sua presença garante ou auxilia na segurança, mobilidade e na qualidade de vida nas áreas urbanas, assim como contribui para a prevenção de crimes, redução de acidentes e promoção de um ambiente mais acolhedor e acessível para todos.

Ademais, é dever das autoridades municipais garantir o funcionamento do serviço para todos aqueles que contribuem com o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP, instituído pela Lei nº 5.216, de 21 de dezembro de 2012, assim como garantir que a NBR 5101 seja cumprida, no sentido de os postes de iluminação pública distarem entre si a média de 35m (trinta e cinco metros) e a máxima de 40m (quarenta metros).

Diante disso e em virtude de reclamações rotineiras a respeito da ausência da prestação do serviço em tela, este vereador busca, por meio da presente proposta legislativa, incluir na isenção disposta no art. 5º da Lei nº 5.216/2012, os consumidores cujos imóveis estejam localizados em áreas que ainda não tenham o fornecimento do serviço de iluminação pública ou que permanecem escuras, por mais de 15 dias, em virtude da interrupção do serviço.

O objetivo é ser justo com os munícipes que pagam, compulsoriamente, por um serviço ainda não recebido ou mal executado, como também, estimular o Poder Público em solucionar mais agilmente as demandas apresentadas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas vereadores para a aprovação do Projeto de Lei nº

CABO RENATO ABDALA
Vereador

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

Praça "Vereador Viana Filho" – Vila América
 CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
 CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

